

BIBLIOTECAS BRASILEIRAS: HISTÓRIA, REALIDADE E DESAFIOS

O Brasil tem uma história de longa data com bibliotecas. Isso se deve à transferência da corte portuguesa para o país em 1808, quando o Brasil ainda era colônia de Portugal. Com a realeza portuguesa, aportaram no Rio de Janeiro muitas representações da cultura e do poder europeu, sobretudo elementos ligados ao conhecimento científico. Para abrigar tão grande acervo de livros, mapas e documentos que compunham a Biblioteca Real, foi criada oficialmente em 1810 a Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro.

Em 1821, uma parte desses documentos voltou para Portugal com a Família Real. Depois da Proclamação da Independência, em 1889, o Brasil apossou-se da Real Biblioteca através de um acordo entre os dois países.

A Biblioteca Nacional é a maior da América Latina, seu acervo concentra as mais importantes fontes de investigação científica brasileira e mundial. Além disso, possui, dentre outras funções, a regulamentação do Sistema Nacional de Bibliotecas e a manutenção do Instituto do Depósito Legal, que é um sistema criado para assegurar a guarda de toda produção literária do país.

Realidade brasileira

Atualmente, o Brasil possui 6.060 bibliotecas públicas, segundo dados oficiais de 2014, e pretende criar milhares de outras em escolas públicas até 2020, através do projeto “Universalização das Bibliotecas Escolares”, previsto em lei federal de 2010. Trata-se de um projeto audacioso que corre o risco de não se concretizar a tempo, pois exige um grande investimento financeiro e de recursos humanos.

Os cursos de graduação em Biblioteconomia são raros no país, e o Conselho Federal de

Biblioteconomia não permite que bibliotecas sejam administradas por outro profissional que não seja o bibliotecário. O problema da falta de bibliotecários suficientes para atender as demandas pode vir a ser amenizado, pois a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), em consonância com o Conselho Federal de Biblioteconomia, criou, como forma de expansão, o curso de graduação em Biblioteconomia realizado através do sistema de EAD (Educação à Distância).

As bibliotecas públicas brasileiras têm uma realidade diferente da Biblioteca Nacional. Muitos municípios ainda não possuem bibliotecas, e os que possuem, sofrem com o descaso político, com as condições das instalações, com a falta de acervo e de uma política pública para a gestão e a manutenção. A falta do profissional da biblioteconomia na direção de uma biblioteca pública implica que o município não poderá se inscrever em projetos para aquisição de livros, reforma de prédios e outros benefícios oferecidos pelas esferas federais, estaduais e instituições fomentadoras de recursos.

As bibliotecas das grandes universidades, principalmente as públicas, também enfrentam o problema da falta de verbas para aquisição de acervo e manutenção dos recursos materiais. No entanto, elas são as responsáveis por cuidar e disponibilizar o conhecimento científico pelo país. No Estado de São Paulo, a USP e a UNICAMP, possuem um sistema informatizado de bibliotecas muito eficiente, que possibilita aos usuários a localização rápida do livro e outras informações sobre a sua edição. Bancos de dados com dissertações de mestros e teses de doutoramento também são disponibilizados para consulta via internet.

As bibliotecas universitárias são constantemente agraciadas com bibliotecas particulares de importantes cientistas e

coleccionadores. Esse tipo de doação agrega outro valor à instituição: as coleções de livros raros, como no caso da USP em 2006, que recebeu a doação da Biblioteca Brasileira, criada por Guita e José Mindlin, um dos acervos bibliográficos mais importantes do mundo, tanto pela raridade quanto pelo conteúdo científico das obras.

Desafios à vista

A disseminação do conhecimento de forma rápida e democrática faz com que as bibliotecas vivam em constante mudança, investindo cada vez mais em tecnologia. Em uma biblioteca, as tecnologias empregadas vão além dos recursos da informática, elas precisam investir também na qualificação dos profissionais, que devem compreender a importância dessas instituições na formação da cidadania de um país. O acesso à informação é fundamental para garantir a qualidade do ensino, seja em qualquer estágio: educação infantil, ensino básico e superior.

Muitas políticas públicas são fundamentadas no direito à informação, contudo, na prática, deixam muito a desejar. As ideias precisam sair do papel e avançar para as realizações concretas. Tornar possível o acesso à informação não é tão somente escrever sobre essas ideias, é necessário planejar verbas e ações, criar sistemas eficientes de gestão e a constante manutenção dos recursos materiais e humanos, para que as bibliotecas deixem de ser depósitos de livros empoeirados, de funcionários sonolentos e vazias de público, para se tornarem espaços dinâmicos de aquisição e produção de conhecimento.

Cláudia Kreidloro
Mestre em Educação (PQLP/CAPES)
email: claudiakreidloro@gmail.com

Língua Portuguesa em Timor-Leste: promoção e valorização das línguas maternas

As línguas são portadoras de referência à identidade, à ação e à memória dos grupos que as compartilham. Constituem-se, desse modo, como vetores dos bens culturais materiais e imateriais produzidos por um povo, e, ainda, elas mesmas como bens a serem preservados.

Em Timor-Leste a língua tétum é a língua geralmente utilizada entre os timorenses possuidores de diferentes línguas maternas. É considerada como a língua que entrelaça e permite a interação entre os falantes das demais línguas presentes no país. Ou seja, a maioria da população timorense é, no mínimo, bilíngue, falando, além de sua língua local, o tétum.

A língua tétum e as demais línguas autóctones – línguas nativas de determinadas regiões – são consideradas línguas nacionais na Constituição da República Democrática de Timor-Leste. O tétum ocupa ainda, juntamente com a língua portuguesa, a posição de língua oficial do país.

Pode-se tentar explicar o protagonismo do tétum, em comparação às demais línguas locais, entre outros fatores, por o tétum estar ligado a um forte poder político (língua do reino dos Belos) e por ter sido a língua utilizada nas atividades que introduziram a religião católica em Timor. Esses fatores podem ter lhe dado o impulso necessário para ter se tornado língua veicular em Timor-Leste.

Há, no contexto timorense, uma distinção entre um tétum “puro”, o “tétum terik” e um tétum mesclado, o “tétum praça” ou “tétum Díli”, que so-

fre a influência direta de outras línguas, sobretudo do português e da língua indonésia.

Tanto a língua tétum, como as demais línguas maternas presentes em Timor, constituem-se como línguas fundamentalmente de tradição oral. O tétum praça, por exemplo, só conheceu uma norma ortográfica oficial em 2004. A “Gramática da Língua Tétum” foi escrita pelo linguista australiano Geoffrey Hull e seu parceiro Lance Eccles. Nela, os autores seguem os preceitos do Instituto Nacional de Linguística (INL) da Universidade Nacional de Timor Lorosa’e, os quais apontam o tétum praça como a base literária da língua nacional e, dessa forma, excluem as palavras importadas da língua indonésia, dando preferência aos termos do tétum praça de origem indígena e portuguesa.

Nas sociedades de tradição oral – como no caso da sociedade timorense –, de acordo com o professor timorense Vicente Paulino, em “Céu, terra e riqueza na mitologia timorense” (2013), as palavras desempenham um papel fundamental, pois estão ligadas diretamente a ocorrências, eventos e acontecimentos dos povos que as compartilham. Há, nessas organizações sociais, elementos que são responsáveis por manter e perpetuar a história de um povo e que substituem, por assim dizer, o papel realizado pela escrita em sociedades letradas.

Na estrutura social de Timor-Leste, tradicionalmente o responsável por manter e garantir a preservação da cultura era o Liana’in, que segundo o escritor timorense Luís Costa em “Sociedade ti-

morense e sua cultura” (2011), representava o detentor dos conhecimentos existentes na comunidade e um verdadeiro livro vivo desta sociedade que ainda não conhecia a escrita. Atualmente, para esse autor, tal papel é delegado às pessoas mais velhas que contam às novas gerações as histórias, lendas, contos e mitos que fazem parte do imaginário do povo timorense.

Para Luís Costa, a língua portuguesa tem o dever de auxiliar e promover a língua tétum. Nesse sentido, cabe pensarmos no papel da língua portuguesa em Timor não fundida nela mesma, mas, sobretudo, como meio de acesso à forte tradição oral do país e como promotora das demais línguas que aqui coexistem.

O fortalecimento da língua tétum e das demais línguas autóctones existentes em Timor é de extrema importância na preservação da cultura originariamente timorense. Para tanto, é preciso que essas línguas sejam valorizadas, tendo-se em vista os valores que carregam como patrimônio cultural e identitário do país. Sendo assim, faz-se urgente a discussão sobre o papel desempenhado pela língua portuguesa enquanto língua oficial, associada à importância de se pensar políticas que garantam a sobrevivência da multiplicidade linguística presente em Timor-Leste.

Joice Eloi guimarães
Mestre em Educação (PQLP/CAPES)
email: joiceeg@hotmail.com